

Por Alessandra Azevedo

O senador Paulo Paim (PT-RS) conseguiu as assinaturas necessárias para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigará a real situação financeira da Previdência Social. A ideia é apurar desvios de verbas, fraudes, sonegações e outros tipos de irregularidades nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Como o Congresso entrará em recesso, o pedido deve ser enviado ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) logo após o feriado de carnaval, no início de março.

Dos 81 senadores da Casa, 29 assinaram o pedido de Paim. O número corresponde a mais do que o mínimo necessário para instalar a comissão, de 27 assinaturas, ou um terço dos senadores em exercício. O senador adiantou ao Correio que pretende conseguir assinaturas de cerca de dois terços da casa (54 senadores), além de apoio popular. Uma petição pública online que defende a criação da CPI já conta com mais de 7 mil apoiadores.

Com duração de 120 dias, a CPI terá poderes de investigação próprios de autoridades judiciais. A comissão poderá convocar pessoas para depor, ouvir testemunhas, requisitar documentos e determinar diligências, entre outras medidas. A ideia de criar uma CPI partiu do presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins, que buscou o apoio do senador Paim.

Segundo a Cobap, essa será a primeira vez que o INSS sofrerá uma "severa investigação". "Vamos provar de uma vez por todas que não existe déficit na Previdência. Não tem rombo, tem roubo. Muita gente vai parar na cadeia, será pior que a operação lava-jato", disse Martins.

Ao fim do prazo de trabalho, a comissão enviará um relatório ao plenário e apresentará as conclusões. Dependendo do resultado, os documentos podem ser levados ao Ministério Público, que tomará as providências civis e criminais.

Fonte: [Correio Braziliense](#), em 22.02.2017.